Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	
5.3 - Descrição - Controles Internos	
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	11
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	24
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	26
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	27
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, sendo os mais relevantes:

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(c) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de sua controlada, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Contro	ladora	Consol	idado
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	2019	2018	2019	2018
Financiamentos em moeda estrangeira				
(US\$ mil)	(2.296)	(1.533)	(2.296)	(2.042)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(215)	(242)	(625)	(434)
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	1.004	1.152	2.652	2.182
Depósitos em dólar (US\$ mil)	306	22	688	30
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(1.201)	(601)	419	(264)

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$4,04, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 10 de janeiro de 2020. Na controladora os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50% na variável de risco, e no consolidado os cenários II e III foram calculados com valorização de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2019, de R\$4,0307.

		Controladora					Con	solidado
				2019				2019
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(9.254)	(9.276)	(11.595)	(13.914)	(9.254)	(9.276)	(6.957)	(4.638)
Fornecedor mercado externo	(867)	(869)	(1.086)	(1.304)	(2.519)	(2.525)	(1.894)	(1.263)
Contas a receber em moeda estrangeira	4.047	4.056	5.070	6.084	10.689	10.714	8.036	5.357
Depósitos em dólar	1.233	1.236	1.545	1.854	2.773	2.780	2.085	1.390
Exposição ativa (passiva) líquida	(4.841)	(4.853)	(6.066)	(7.280)	1.689	1.693	1.270	846
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	(12)	(1.225)	(2.439)	-	4	(419)	(843)

(d) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e sua controlada, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2019, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 4,50%, a TLP em 5,09% e o CDI em 4,5%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
				2019				2019
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos Indexador:						,		
100% CDI + 6,67%	(15.000)	(1.623)	(2.029)	(2.435)	(15.000)	(1.623)	(2.029)	(2.435)
155% CDI	(25.106)	(1.712)	(2.140)	(2.568)	(25.106)	(1.712)	(2.140)	(2.568)
100% CDI + 6,42%	(11.076)	(1.198)	(1.498)	(1.797)	(11.076)	(1.198)	(1.498)	(1.797)
100% SELIC + 4,30% a 11,35%	(62.868)	(7.686)	(9.608)	(11.529)	(84.542)	(10.335)	(12.919)	(15.503)
100% CDI + 3,663% a 15,38%	(29.203)	(4.065)	(5.081)	(6.098)	(41.438)	(5.768)	(7.210)	(8.652)
140% CDI	(1.032)	(64)	(80)	(96)	(1.032)	(64)	(80)	(96)
	(144.285)	(16.348)	(20.436)	(24.523)	(178.194)	(20.700)	(25.876)	(31.051)
Aplicações Financeiras						_		
Indexador:								
95% SELIC	-	-	-	-	199	8	10	12
94% a 100% CDI	1.603	66	83	99	1.737	72	91	108
	1.603	66	83	99	1.936	80	101	120
Exposição líquida	(142.682)	(16.282)	(20.353)	(24.424)	(176.258)	(20.620)	(25.775)	(30.931)
(Aumento) / redução nas								
despesas financeiras anuais			(4.071)	(8.142)			(5.155)	(10.311)

(e) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e sua controlada é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou

emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controla	dora Consol		olidado	
	2019	2018	2019	2018	
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	180.849	188.284	233.142	256.435	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(3.897)	(8.919)	(17.288)	(13.750)	
Aplicações Financeiras (nota 7)	(1.603)	(1.520)	(3.235)	(3.094)	
A - Dívida líquida	175.349	177.845	212.619	239.591	
Total do patrimônio líquido	172.634	190.187	194.775	208.701	
B - Capital e dívida líquida	347.983	368.032	407.394	448.292	
A/B - Quociente de alavancagem (%)	50,39	48,32	52,19	53,45	

(f) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos;

 Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(180.849)	(180.659)	(188.284)	(198.500)	(233.142)	(236.444)	(256.435)	(268.939)
Cessão de Recebíveis	(59.133)	(59.547)	(47.454)	(47.881)	(102.279)	(102.995)	(89.726)	(90.534)
	(239.982)	(240.206)	(235.738)	(246.381)	(335.421)	(339.439)	(346.161)	(359.473)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

a. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros que serão utilizados no gerenciamento dos riscos serão implantados conforme descrito no item (b), abaixo. A tendência é a de que seja estabelecido uma perda máxima admitida em um horizonte de tempo,com determinado intervalo de confiança, utilizando a metodologia *value* at risk.

b. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Dos riscos em que a Companhia está exposta no curso normal de suas operações, buscará proteção para um mais dos seguintes: riscos cambial, de variação nas cotações de matéria prima (algodão) e de taxas de juros. Pela competitividade estabelecida no mercado em que atua, a Companhia não tem como garantir o repasse aos preços da elevação de seus custos motivada pela inflação e não possui instrumentos eficientes para se proteger contra a defasagem temporal entre a ocorrência de aumentos de custos e a variação nos preços.

Por ter iniciado suas operações de proteção com posições ainda pequenas, a empresa ainda não utiliza um sistema formal, assim como ainda não possui estrutura organizacional para gerenciamento de risco de mercado. As decisões estratégicas a este respeito são tomadas em reuniões de Diretoria, implementadas pelas diretorias financeira e de suprimento de matéria prima e levadas ao conhecimento do Conselho de Administração. Estas decisões são fundamentadas em cenários macroeconômicos, contando com a assessoria de uma consultoria financeira especializada.

Entretanto, à medida que for sofisticando e aumentando suas posições, a Companhia pretende aperfeiçoar o monitoramento dos riscos desenhando, um sistema de gerenciamento de risco corporativo, que contemplará políticas e respectivos controles internos para sua verificação, permitindo à Companhia agir proativamente em relação ao seu ambiente de riscos. Os objetivos básicos seriam:

- Reduzir o nível de incertezas do negócio, através do melhor conhecimento de eventuais das ocorrências que possam gerar perda de valor aos acionistas;
- Reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e do resultado líquido;
- Estabelecer a estrutura organizacional, determinando as responsabilidades e alçadas das áreas envolvidas na elaboração das políticas, sua implementação e monitoramento.
- adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

No entendimento da Diretoria, o sistema de controles internos adotado é suficientemente confiável para assegurar que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Ela não tem conhecimento de deficiências que pudessem comprometer a confiabilidade dos relatórios apresentados.

Os procedimentos internos são analisados por auditoria interna terceirizada, contratados conforme a demanda, abrangendo toda a Companhia. Quando divergências entre procedimentos executados e as normas ditadas, é criado plano de ação para sua solução.

A Administração, ciente do dever de responsabilidade, está permanentemente empenhada na revisão e melhoria de seus processos e na implementação de novas ferramentas para seus controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve recomendações ou deficiências apontadas que pudessem trazer impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e sua controlada possui um Código de Conduta que se aplica aos acionistas, dirigentes, líderes e demais colaboradores.

O código constitui uma demonstração inequívoca de que os nossos princípios são de uma empresa cidadã e comprometida com o seu papel junto a sociedade.

Este conjunto de recomendações do que se deve e não se deve fazer situa-se no âmbito das boas práticas gerenciais, morais e econômicas, sociais, democráticas e cidadãs e conserva profunda coerência histórica iniciada no ano de 1872.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não foram identificadas alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos.

PÁGINA: 10 de 33

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem informações relevantes a serem acrescentadas.

Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No entendimento da Diretoria, a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos. Tais obrigações serão atendidas pelos recursos de caixa, complementados com empréstimos e financiamentos.

O conceito usualmente utilizado para medição da geração de caixa é o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações). Trata-se de valor não contábil.

No ano de 2019, o Ebitda foi de R\$ 36,1 milhões, equivalente a 57,9% do valor apresentado no ano anterior.

No ano de 2018, o Ebitda, excluindo os efeitos do *Impairment* foi de R\$ 62,3 milhões, equivalente a 93,7% do valor apresentado no ano anterior.

No ano de 2017, o Ebitda, excluindo os efeitos do *Impairment*, foi R\$ 66,5 milhões, representando crescimento de R\$74,5 milhões em relação ao ano anterior. Percentualmente, a comparação perde o sentido, por ter havido mudança de sinal.

INDICADORES (excluídos efeitos do			
Impairment)	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Liquidez corrente	0,97	1,04	0,99
Endividamento líquido de curto prazo	1,56	1,28	1,01
Rentabilidade do patrimônio líquido	-6,1%	21,2%	27,7%

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

- Estrutura de capital: A estrutura de capital, é composta por 26,6% de capital próprio e 73,4% de capital de terceiros.
- Hipóteses de resgate: não há ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração acredita que não haverá problemas para cobrir os compromissos financeiros assumidos, assumindo que conseguirá recursos para cobrir eventuais necessidades pontuais.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos	233.142	256.435	232.464
Caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros	(20.523)	<u>(16.844)</u>	(8.939)
Total da dívida líquida	212.619	239.591	223.525
Total do patrimônio líquido (excluídos os efeitos do <i>Impairment</i>)	194.775	226.877	216.136
Nível de alavancagem	109,2%	105,6%	103,4%
Capital circulante líquido	(10.060)	11.817	(1.300)

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

As principais fontes de financiamento para capital de giro, além da geração própria de caixa e empréstimos e financiamentos bancários, incluem a cessão de recebíveis. Complementarmente, são utilizadas linhas convencionais de

PÁGINA: 12 de 33

financiamento bancário.

Relativamente às fontes para investimento em ativos não circulantes, serão utilizados, quando possível, linhas do BNDES com custo e prazo compatíveis com os investimentos realizados.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia dispõe de limites aprovados em valores considerados pela Diretoria como suficientes para atender a eventual necessidade de cobertura de liquidez. Além disso, já houve a devida aprovação pelo Conselho de Administração para que a Diretoria possa alienar ativos não operacionais e/ou realizar operações de venda seguida de aluguel (mais comumente conhecida pela terminologia em inglês sale and lease-back).

f. Níveis de endividamento e as características das dívidas:

Em 31/12/2019, o nível de endividamento da Companhia e sua controlada, medido pela relação entre sua dívida líquida total (R\$ 212.619) e o Patrimônio Líquido (R\$ 194.775), excluídos os efeitos do *Impairment*, era de 109,2%. A relação da dívida líquida com a soma do Total do Passivo e o Patrimônio Líquido era de 29,0%.

As características das dívidas da Companhia e sua controlada são detalhadas a seguir:

(Saldos em 31 de dezembro de 2019, em milhares de reais - Consolidado)

PÁGINA: 13 de 33

CONSOLIDADO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

				CONSOLIDADO				
				20	19	20	18	
	Moeda / indexador	Venci- mento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%a.a	-	-	140		
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2023	Taxa fixa 2,50% a 5,50%a.a.	1.115	1.430	3.561	2.538	
Cédula de Crédito Industrial - FNE	R\$	2026	Taxa fixa 8,50%a.a.	2.631	14.722	2.239	17.320	
Mutuo - Acionistas	R\$	2020	140,00% CDI	1.032	-	1	950	
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%a.a.	2.482	8.594	12.039	5.417	
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$ R\$	2024 2023	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%a.a. 100,00% CDI + 3,66% a 15,38%a.a.	4.453 22.482	80.089 18.956	7.286 19.228	74.961 23.417	
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	5.248	19.858	15.088	25.000	
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	Taxa fixa 14,30% a 26,61%a.a.	21.417	3.648	25.530	-	
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	Taxa fixa 18,16%a.a	731	-			
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2020	Taxa fixa 4,54 a 5,65%a.a 100,00% CDI +	9.254	-	7.912	-	
Conta Garantida	R\$	2020	6,42%a.a.	15.000	-	13.808	-	
				85.845	147.297	106.832	149.603	

As parcelas do passivo não circulante consolidado em 31 de dezembro de 2019, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	182.200
2024 a 2026	20.407
2023	26.415
2022	29.896
2021	38.202

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 40.304 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 35.191 mil em 2018).

g. Grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

• Obrigações sociais e trabalhistas;

- Impostos a recolher;
- Empréstimos e financiamentos com garantias reais;
- Demais empréstimos e financiamentos;
- · Outros passivos;
- Dividendos e juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019 os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 171.904 mil (R\$ 178.553 mil em 2018).

h. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia dispõe de limites de crédito globais aprovados junto a diversas instituições, que podem ser utilizados para financiamentos ou para capital de giro, conforme sua necessidade. Assim, não é possível informar que a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

PÁGINA: 15 de 33

i. Alterações significativas nas demonstrações financeiras Balanço Patrimonial

	31/12/2	019	31/12/2018		31/12/2017	
Ativo	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	17.288	2,4%	13.750	1,9%	5.559	0,7%
Ativos financeiros	3.235	0,4%	3.094	0,4%	3.380	0,9%
Contas a receber	139.817	19,1%	154.133	21,7%	124.162	21,6%
Estoques	106.991	14,6%	103.072	14,5%	83.960	14,6%
Impostos e contribuições a recuperar	28.186	3,8%	23.862	3,4%	5.274	0,9%
Imposto de Renda e CSLL antecipados	1.056	0,1%	797	0,1%	305	0,1%
Despesas do exercício seguinte	1.723	0,2%	1.359	0,2%	703	0,1%
Outros ativos	16.953	2,3%	18.037	2,5%	2.310	0,4%
	315.249	43,0%	318.104	44,8%	225.653	39,2%
Não circulante						,
Realizável a longo prazo						
Impostos e contribuições a recuperar	84.008	11,5%	57.289	8,1%	10.822	1,9%
Depósitos judiciais	237	0,0%	2.231	0,3%	2.090	0,4%
Outros ativos	10.014	1,4%	15.927	2,2%	8.738	1,5%
Outros investimentos	2.926	0,4%	2.710	0,4%	2.701	0,5%
Imobilizado	308.445	42,1%	310.663	43,8%	323.958	56,3%
Direito de uso em arrendamento	9.185	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Intangível	2.407	0,3%	2.593	0,4%	1.480	0,3%
	417.222	57,0%	391.413	55,2%	349.789	60,8%
	732,471	100,0%	709.517	100,0%	575.442	100,0%

	31/12/2	019	31/12/20	018	31/12/2017	
Passivo e patrimônio líquido	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV
Circulante						
Fornecedores	88.566	12,1%	65.308	9,2%	45.322	7,9%
Empréstimos e financiamentos	85.845	11,7%	106.832	15,1%	83.394	14,5%
Cessão de recebíveis	102.279	14,0%	89.726	12,6%	71.373	12,4%
Salários e obrigações sociais	18.204	2,5%	12.920	1,8%	13.392	2,3%
Participação dos administradores	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Impostos e contribuições	15.915	2,2%	18.136	2,6%	7.524	1,3%
Dividendos propostos	41	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outras contas a pagar	14.459	2,0%	13.365	1,9%	5.948	1,0%
	325.309	44,4%	306.287	43,2%	226.953	39,4%
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	147.297	20,1%	149.603	21,1%	149.070	25,9%
Provisão para riscos	1.691	0,2%	1.219	0,2%	1.232	0,2%
Imposto de renda e contribuição	45.000	0.00/	07.040	5.00/	00.070	4.007
social diferidos	45.262	6,2%	37.849	5,3%	26.272	4,6%
Outras contas	17.778	2,4%	5.858	0,8%	8.956	1,6%
	212.028	28,9%	194.529	27,4%	185.530	32,2%
Patrimônio líquido						
Capital social	150.000	20,5%	150.000	21,1%	150.000	26,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	57.803	7,9%	59.014	8,3%	60.461	10,5%
Reservas de lucros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Prejuízos Acumulados	(35.169)	-4,8%	(18.827)	-2,7%	(68.883)	-12,0%
	172.634	23,6%	190.187	26,8%	141.578	24,6%
Participação dos não controladores	22.141	3,0%	18.514	2,6%	21.381	3,7%
	194.775	26,6%	208.701	29,4%	162.959	28,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	732.112	100,0%	709.517	100,0%	575.442	100,0%

PÁGINA: 16 de 33

A Companhia adotou o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, data de transição para o IFRS.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva do IFRS

Descrição das principais diferenças entre IFRS e BRGAAP que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia na transição:

Derivativos

Anteriormente a data de transição, as operações com instrumentos financeiros derivativos eram contabilizadas quando realizadas e os seus valores justos divulgados nas demonstrações contábeis.

ii. Mensuração do imobilizado:

Na adoção inicial do IFRS, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente diverge do valor justo de realização destes ativos.

iii. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda diferido foi registrado sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre BRGAAP e IFRS.

iv. Reclassificações:

De acordo com o IFRS foram ainda efetuadas as seguintes principais reclassificações às demonstrações financeiras consolidadas:

- Os depósitos judiciais foram incluídos no ativo não-corrente e não foram registrados como redução das respectivas provisões:
- As obrigações contraídas referentes a cessão de recebíveis foram incluídas no passivo corrente e não foram registradas como redução das contas a receber;
- Reclassificação de impostos diferidos do curto prazo para o longo prazo.
- Reclassificação de bens mantidos para obtenção de receita de aluguel ou para valorização do capital do ativo imobilizado para propriedades para investimento; e
- Reclassificação dos ágios apurados na aquisição da controlada para o ativo intangível

PÁGINA: 17 de 33

Comparativo de resultados obtidos nos três últimos exercícios:

	2019		2018		2017	
	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV
Receita bruta de vendas	792.962		768.296		741.915	
Deduções de vendas	(115.628)		(118.603)		(106.877)	
Receita líquida de vendas	677.334	100,0%	649.693	100,0%	635.038	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(601.200)	-88,8%	(571.703)	-88,0%	(518.456)	-81,6%
Lucro bruto	76.134	11,2%	77.990	12,0%	116.582	18,4%
Receitas (despesas) operacionais:						
Comerciais	(44.836)	-6,6%	(44.287)	-6,8%	(43.401)	-6,8%
Gerais e administrativas	(27.560)	-4,1%	(25.816)	-4,0%	(21.921)	-3,5%
Remuneração dos administradores	(3.646)	-0,5%	(3.388)	-0,5%	(3.143)	-0,5%
Outras receitas (despesas) líquidas	15.616	2,3%	58.611	9,0%	35.595	5,6%
Lucro operacional	15.708	2,3%	63.110	9,7%	83.712	13,2%
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(59.433)	-8,8%	(48.936)	-7,5%	(58.512)	-9,2%
Receitas financeiras	39.896	5,9%	36.710	5,7%	14.388	2,3%
Variações cambiais	(679)	-0,1%	771	0,1%	329	0,1%
	(20.216)	-3,0%	(11.455)	-1,8%	(43.795)	-6,9%
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(4.508)	-0,7%	51.655	8,0%	39.917	6,3%
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(9.005)	-1,3%	(7.995)	-1,2%	(2.240)	-0,4%
Diferido	(372)	-0,1%	2.082	0,3%	48.545	7,6%
Lucro líquido do exercício	(13.885)	-2,0%	45.742	7,0%	86.222	13,6%

Comentário do resultado operacional do exercício de 2018, comparado com o exercício de 2017.

Receita bruta de vendas (RBV) e receita líquida de vendas (RLV)

No início de 2019 havia expectativa positiva em torno de uma retomada consistente da economia brasileira, em função das mudanças ocorridas no cenário político nacional após as eleições de 2018 e da agenda de reformas prometidas pelo novo governo. Mesmo com a aprovação relativamente rápida da principal delas, a da Previdência, e o início de discussão das demais, ao longo de ano, as estimativas de crescimento econômico não se realizaram: o crescimento do PIB foi de apenas 1,1%, o que influenciou diretamente o ambiente de negócios da Companhia.

Mesmo em face dessa conjuntura, a Companhia obteve algum crescimento de vendas: a receita bruta alcançou R\$793,0 milhões, valor 3,2% superior à de 2018. Durante praticamente todo o ano, houve plena utilização da capacidade produtiva. Entretanto, a receita superior e a utilização da capacidade não se refletiram em aumento na margem bruta, pois pressões sobre os custos (exógenos à empresa) não foram repassados para os preços em função da característica alta competição no setor em que a Cedro atua.

Custo dos produtos vendidos e rentabilidade bruta

Dois importantes elementos da composição de custos da Companhia, os produtos químicos e a cotação do algodão (nessa ordem), foram responsáveis por aumento nos custos acima do planejado. Dada a dificuldade de repassar, na magnitude e na velocidade necessárias, aos preços os aumentos de custos, a

margem bruta de 2019 (11,2%) foi inferior em 0,8 p.p. em relação à do ano anterior, de 12,0%.

Entretanto, no último trimestre as cotações do algodão voltaram a patamares normais, levando a margem bruta do quarto trimestre, historicamente o pior, a marcar o maior valor em 2019, de 11,2%. Isso mostra que, apesar da margem de todo o ano ainda estar abaixo do desejado, a trajetória é de recuperação.

O lucro bruto resultante foi de R\$76,1 milhões, 2,4% inferior ao de 2018 (quando foi de R\$78,0 milhões).

A margem bruta de 2019, de 11,2%, foi 0,8 p.p. inferior à de 2018 que foi 12,0%.

Despesas com vendas e administrativas e outras despesas

No comparativo do conjunto das despesas operacionais, excluídos os efeitos do Teste de *Impairment*, as principais variações estão no Resultado na venda de ativos e nas Receitas não recorrentes, para as demais despesas temos uma diferença de R\$5,9 milhões que representa um crescimento de 7,2%

A composição das despesas está descrita como segue:

	2019	2018	Diferença	
	2019		R\$	%
Despesas com vendas	-44,8	-44,3	-0,5	1,13%
Despesas administrativas	-31,2	-29,2	-2,0	6,85%
Outras despesas operacionais	-11,9	-8,5	-3,4	40,00%
Resultado na venda de ativos	0,3	5,6	-5,3	-94,64%
Receitas não recorrentes	27,2	43,3	-16,1	-37,18%
Total	-60,4	-33,1	-27,3	82,48%

As normas contábeis em vigor estabelecem que as empresas devem elaborar análise sobre a recuperação dos valores registrados em seu ativo. Em outras palavras, devem aferir se o valor presente do fluxo de caixa gerado por um ativo, linha de produtos, unidade de negócios, etc (fair value) é maior que o valor registrado em seu balanço patrimonial. Caso não o seja, deve lançar ajuste, contra o resultado do exercício. O estudo é denominado Teste de *Impairment*. Realizamos a projeção para o referido teste levando em consideração premissas extremamente conservadoras, considerando produção abaixo da capacidade total. Como resultado, foi encontrada necessidade de ajuste no exercício de 2016 no valor de R\$53,2 milhões, lançado na conta "outras despesas operacionais". Em 2017 e 2018, o mesmo teste resultou na reversão do ajuste, respectivamente, em R\$35,0 milhões e R\$18,2 milhões, lançados em "outras receitas operacionais", muito em função do desempenho alcançados nos respectivos exercícios.

Resultado operacional

O Lucro da Atividade, ou Ebit (sigla em inglês para lucro antes de juros e impostos), excluindo os efeitos do Teste de Impairment, é encontrado deduzindo do lucro bruto, as despesas acima referenciadas. Os valores apresentados em 2019 e 2018, foram respectivamente, R\$15,7 milhões e R\$63,1 milhões.

PÁGINA: 19 de 33

Reconciliação do Ebit apresentado e Ebit recorrente

	2019	2018
Ebit apresentado	15,7	63,1
Efeitos não recorrentes	-27,2	-43,3
Reversão perda impairment	-	-18,2
Ebit recorrente	-11,5	1,6

Lucro líquido

O resultado líquido apresenta o valor negativo de R\$13,9 milhões.

Comentário do resultado operacional do exercício de 2018, comparado com o exercício de 2017.

Receita bruta de vendas (RBV) e receita líquida de vendas (RLV)

O ano de 2018 foi, assim como anos anteriores, repleto de incertezas e não cumpriu integralmente as expectativas que haviam sido projetadas em relação ao desempenho da economia. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% e taxa de desemprego se manteve acima de 12%, associado às incertezas do cenário eleitoral brasileiro a demanda interna sofreu retração.

Diante deste cenário de dificuldades, a Companhia atingiu um resultado aquém do previsto para 2018.

Em 2018, a Receita Bruta de Vendas alcançou R\$768,3 milhões, valor R\$26,4 milhões superior à de 2017, correspondendo a um aumento de 3,6%. O aumento de volume vendido foi responsável por cerca de ¼ do crescimento, cabendo ao juste de preços o restante.

Custo dos produtos vendidos e rentabilidade bruta

A diminuição da lucratividade bruta é reflexo (i) do aumento de preço dos insumos ocorrido em 2018 (algodão e produtos químicos, cuja elevação resultou em redução de R\$51,8 milhões no lucro bruto em relação ao orçamento) e (ii) da menor produção, 1,2%. A competitividade do setor, aliada à fraca atividade econômica, não permitiu o repasse aos preços de venda.

O lucro bruto resultante foi de R\$74,6 milhões, 36,0% inferior ao de 2017 (guando foi de R\$116,6 milhões).

A margem bruta de 2018, de 11,5%, foi 6,9 p.p. inferior à de 2017 (18,4%) e 2,8 p.p. superior à de 2016.

Despesas com vendas e administrativas e outras despesas

O comparativo do conjunto das despesas operacionais, excluídos os efeitos do Teste de *Impairment*, apresenta redução de 56,3%: em 2017 havia sido de R\$67,9 milhões e em 2018 foi de R\$29,7 milhões. Contribuiu para variação, o registro no exercício de R\$34,7 milhões relativos ao ganho, líquido de honorários e impostos, resultante do trânsito em julgado de ação judicial que pleiteava a exclusão do ICMS contido na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A composição das despesas está descrita como segue:

	2018	2017	Diferença	
			R\$	%
Despesas com vendas	(44,3)	(43,4)	(0,9)	2,1%
Despesas administrativas	(29,2)	(25,1)	(4,1)	16,3%
Outras despesas e receitas operacionais	38,2	(3,3)	41,5	1.257,6%
Resultado na venda de ativos	5,6	3,9	1,7	43,6%
Total	(29,7)	(67,9)	38,2	-56,3%

As normas contábeis em vigor estabelecem que as empresas devem elaborar análise sobre a recuperação dos valores registrados em seu ativo. Em outras palavras, devem aferir se o valor presente do fluxo de caixa gerado por um ativo, linha de produtos, unidade de negócios, etc (fair value) é maior que o valor registrado em seu balanço patrimonial. Caso não o seja, deve lançar ajuste, contra o resultado do exercício. O estudo é denominado Teste de *Impairment*. Realizamos a projeção para o referido teste levando em consideração premissas extremamente conservadoras, considerando produção abaixo da capacidade total. Como resultado, foi encontrada necessidade de ajuste no exercício de 2016 no valor de R\$53,2 milhões, lançado na conta "outras despesas operacionais". Em 2017 e 2018, o mesmo teste resultou na reversão do ajuste, respectivamente, em R\$35,0 milhões e R\$18,2 milhões, lançados em "outras receitas operacionais", muito em função do desempenho alcançados nos respectivos exercícios.

Resultado operacional

O Lucro da Atividade, ou Ebit (sigla em inglês para lucro antes de juros e impostos), excluindo os efeitos do Teste de Impairment, é encontrado deduzindo do lucro bruto, as despesas acima referenciadas. Os valores apresentados em 2018 e 2017, foram respectivamente, R\$44,9 milhões e R\$48,7 milhões.

Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas foram, em 2018, R\$11,5 milhões (ou 73,8%) inferiores às do ano anterior. Contribuíram para tanto:

- Redução das taxas de juros (Selic), diminuindo consequentemente os juros e encargos incidentes sobre financiamentos e empréstimos;
- Menor incidência de juros e multas sobre pagamentos em atrasos por melhor comportamento do caixa;
- Receita financeira no valor de R\$32,6 milhões referente a atualização do crédito resultante da ação judicial acima citada.

Lucro líquido

Excluídos os efeitos do Teste de *Impairment*, o resultado líquido recorrente, que em 2017 havia atingido R\$51,2 milhões, em 2018 apresenta o valor de R\$27,6 milhões.

Comentário do resultado operacional do exercício de 2017, comparado com o exercício de 2016.

Receita bruta de vendas (RBV) e receita líquida de vendas (RLV)

Em 2017, a Receita Bruta de Vendas alcançou R\$741,9 milhões, valor R\$144,7 milhões superior à de 2016, correspondendo a um aumento de 24,2%. Seus dois componentes (volume e preço de vendas) contribuíram para o aumento da RBV com crescimento, respectivamente, em 18,2% e 5,1%.

Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação quando

comparada aos dois últimos anos. A inflação e os juros caíram de forma não artificial e os efeitos sobre o desemprego já começam a aparecer. Assim, é possível imaginar que o país esteja preparado para um período sustentado de crescimento, principalmente se não houver contaminação do ambiente político-eleitoral e que as tão necessárias reformas estruturantes sejam efetivamente encaminhadas.

Dando continuidade ao movimento iniciado ainda no primeiro semestre de 2016, a Companhia, em 2017, apresentou trajetória clara de recuperação de praticamente todos os seus números e indicadores: houve crescimento da receita, da rentabilidade, da geração de caixa e redução da alavancagem.

O processo de recuperação iniciou-se antes do que no restante do setor e da economia em geral, muito puxado pelos efeitos das medidas adotadas pela administração, tanto no que diz respeito à redução de custos e despesas como também no aumento das receitas. Adicionalmente, o maior volume de produção proporcionou melhor diluição dos custos fixos, também contribuindo para o aumento da rentabilidade. Como consequência, tanto o resultado líquido quanto o Ebitda passaram do terreno negativo para o positivo, ao apresentarem, respectivamente, R\$8,0 milhões e R\$66,5 milhões no exercício de 2017.

Custo dos produtos vendidos e rentabilidade bruta

Com as vendas puxando a produção, as fábricas passaram a funcionar em sua capacidade máxima a partir do segundo trimestre. Com crescimento de 22,7% na produção, houve melhor diluição dos custos fixos que, aliada ao aumento da eficiência industrial e à elevação das receitas, resultando em um lucro bruto de R\$ 116,6 milhões, 165,1% superior ao de 2016 (quando foi de R\$44,0 milhões).

Despesas com vendas e administrativas e outras despesas

Em 2017, as despesas comerciais aumentaram 9,6%, representando 6,8% da Receita Líquida. Esse percentual foi reduzido em 1,0 p.p. em relação a 2016 em função da menor Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa.

As despesas administrativas, representam 3,5% sobre a RLV (2016 4,1%).

Em outras receitas (despesas) operacionais tivemos redução de 51,5%, principal registro não recorrente do lucro de R\$3,5 milhões na venda da CGH Pacífico Mascarenhas.

As normas contábeis em vigor estabelecem que as empresas devem elaborar análise sobre a recuperação dos valores registrados em seu ativo. Em outras palavras, devem aferir se o valor presente do fluxo de caixa gerado por um ativo, linha de produtos, unidade de negócios, etc (fair value) é maior que o valor registrado em seu balanço patrimonial. Caso não o seja, deve lançar ajuste, contra o resultado do exercício. O estudo é denominado Teste de Impairment. Realizamos a projeção para o referido teste levando em consideração premissas extremamente conservadoras, considerando produção abaixo da capacidade total. Como resultado, foi encontrada em 2016 a necessidade de ajuste no valor de R\$53,2 milhões, lançado na conta "outras despesas operacionais". Em 2017 o mesmo teste resultou na reversão do ajuste em R\$35,0 milhões, lançado em outras receitas operacionais.

Resultado operacional

O Lucro da Atividade, ou Ebit (sigla em inglês para lucro antes de juros e impostos), excluindo os efeitos da provisão para impairmet no valor de R\$53,2 milhões em 2016 e a reversão de R\$35,0 milhões em 2017, apresentou evolução de 287,5% de um ano para outro, ao registrar R\$48,7 milhões em 2017, ante R\$ 26 milhões negativos em 2016.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi 33,8% inferior ao ano anterior. Contribuíram para tanto: a redução das taxas de juros (Selic), diminuindo consequentemente os juros e encargos incidentes sobre financiamento e empréstimos; menor

incidência de juros e multas sobre pagamentos em atrasos por melhor comportamento do caixa; Receita financeira no valor de R\$9,8 milhões referente a atualização do Precatório de Crédito de IPI que teve seu pagamento previsto na Lei 13.473/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018.

Lucro líquido

Contribuiu para formação do lucro líquido do exercício o valor de R\$43,6 milhões de crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social utilizados para liquidação de débitos fiscais e previdenciários com a Fazenda Nacional, por adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:
A receita da Companhia provém da comercialização de tecidos (brins e índigos), de fabricação própria, notadamente para o mercado interno.

Os produtos são destinados a dois mercados específicos: o de moda e o de roupas profissionais.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

2019 – A economia brasileira pode ser resumida em uma palavra: frustração. No início do ano, havia expectativa que o novo governo conseguisse implantar as reformas estruturais que dariam base sustentada ao crescimento dos anos seguintes. Entretanto, em que pese uma das mais importantes – a da Previdência – ter sido aprovada com relativa facilidade, as demais ainda estão em discussão. Disso tudo resultou um crescimento bastante abaixo das expectativas iniciais: ficou em 1,1%, ante os aproximadamente 2,5% previstos no início do ano. No outro extremo, a taxa de juros fechou o ano em seu patamar histórico mais baixo: 4,5%aa (meta Selic), quando a previsão no início do ano era de encerrasse em 7,0%aa. Já a inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, permaneceu sob controle, em torno de 4% no ano.

2018 – O Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) cresceu 1,1% e a taxa de desemprego se manteve acima de 12%. São resultados ruins, mas coerentes com os acontecimentos ocorridos no período, em destaque os impactos da greve dos caminhoneiros e a cotação recorde do dólar em níveis nunca vistos anteriormente. Também afetaram os resultados, a elevação dos preços (i) do algodão, inserido no contexto da guerra comercial iniciada pelos EUA e retaliada pela China, e (ii) dos produtos químicos motivada pela redução de produção das fábricas chinesas causada por interrupção das atividades por problemas ambientais, gerando choque na oferta.

2017 – Após dois anos consecutivos de queda, a economia brasileira finalmente voltou a registrar números positivos de crescimento. Não só o aumento do PIB em 1%, mas também a inflação de 2,95% (pela primeira vez na história abaixo do piso da meta) e a taxa de juros Selic em 7% (seu menor nível histórico), constituem elementos para afirmar que o processo gradual de saída da crise está se consolidando.

Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

2019 - A receita bruta foi superior em 3,2% em relação à de 2018, maior volume vendido em 1,9% e aumento no preço médio de venda 0,5%. As exportações tiveram aumentaram 24,6% em relação ao ano anterior.

2018 - A receita bruta foi superior em 3,6% em relação à de 2017, maior volume vendido em 1,0% e aumento no preço médio de venda 2,3%. As exportações tiveram redução de 4,8% em relação ao ano anterior

2017 - A receita bruta foi superior em 24,2% em relação à de 2016, maior volume vendido em 18,2% e aumento no preço médio de venda 5,1%. As exportações

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

tiveram redução de 26,0% em relação ao ano anterior.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A matéria prima (algodão) é o principal item de composição de custos e seu preço é determinado pela relação oferta x demanda, em nível mundial. Por ser uma *commodity* negociada em bolsas internacionais, sua cotação sofre influência de ampla gama de variáveis: produção, consumo, nível de estoques dos países produtores e/ou consumidores. Além disso, o comportamento das variáveis macroeconômicas mundiais (crescimento ou retração das principais economias, taxas de juros praticadas nos países centrais, taxa de câmbio entre as principais moedas, etc.) influencia determinantemente as cotações.

O algodão (principal matéria-prima da Companhia) sofreu redução de preço médio de 3,7% em 2019.

Em 2018 o preço médio de algodão aumentou 16,7% em relação a 2017.

Em 2017 o preco médio de algodão aumentou 2,3% em relação a 2016.

Outro item importante na composição dos custos, os produtos químicos e anilinas, sofrem influência da taxa de câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução e não se cogita alienar atividade em nenhum dos segmentos operacionais onde a Companhia já atua.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de novembro de 2018, foi constituída a controlada, Incorporadora Cedro Ltda, com objetivo operacional de exercer a atividade de incorporação, compra e venda de imóveis. A participação no capital social é 99,0%.

Em 17 de dezembro de 2018, foi constituída a controlada, AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda, com objetivo operacional de exercer a atividade de armazém geral. A participação no capital social é 98,0%.

Em 01 de março de 2017, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Cedro Gestão de Ativos S/A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação resultará em redução de custos operacionais, administrativos e financeiros das mesmas. Com o resultado desta incorporação a Cedro Gestão foi extinta e Cedro tornou-se sua sucessora.

Em 27 de junho de 2017 foi constituída a CGH Pacífico Mascarenhas Ltda. (doravante "CGH"), unidade com objetivo operacional para exercer a atividade de geração e distribuição de energia elétrica, teve no mês de julho aporte de capital em bens de propriedade da Cedro, terras e ativos da usina hidrelétrica, avaliados pela empresa APC Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda., no valor de mercado em R\$8.784, com integralização 100% do capital votante, correspondente a 784.070 quotas.

Em 25 de agosto de 2017 o investimento foi alienado na sua totalidade

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais (da Controladora) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis em relação ao ano anterior.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeito, uma vez que as práticas contábeis não sofreram alterações.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram emitidos sem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de10 anos.

b. Impostos e contribuições a recuperar

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e sua controlada.

c. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e sua controlada avaliaram as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluíram que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

e. Imobilizado

Conforme faculdade estabelecida pelo IFRS 1/CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial do IFRS, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando uma adição ao custo registrado no ativo imobilizado consolidado em 1 de janeiro de 2009 de R\$ 136.946 e na controladora de R\$ 111.702. Sobre o saldo constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (consolidado - R\$ 45.852; controladora - R\$ 37.979). A contrapartida do saldo, líquidos dos impostos incidentes, foi registrada no patrimônio líquido, como "ajustes de avaliação patrimonial".

Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas descritas em trabalho elaborado por empresas especializadas contratadas para emissão de Laudo de Avaliação. Para a elaboração dos laudos, os engenheiros e técnicos têxteis consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia e sua controlada não efetuaram a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado foi considerado como sendo iqual a zero.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. Arrendamentos mercantis operacionais. Ativos e passivos: não há.
 - ii. Carteiras de recebíveis baixados sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos: não há.
 - iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:
 - ▶ A Companhia possui contratos de fornecimento de algodão para entrega futura, com preços a serem fixados conforme cotações do índice Esalq e/ou mercado futuro de algodão na Bolsa de Nova York (Intercontinental Exchange ICE);
 - ▶ A Companhia possui contratos de aquisição parcelada de máquinas e equipamentos com fornecedores localizados fora do país. Eles não se caracterizam como contratos de compra futura, representando tão somente o compromisso assumido pela aquisição de tais bens.
 - ▶ A Companhia possui contratos de longo prazo de fornecimento de energia.
 - iv. Contratos de construção não terminada: não há.
 - v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos: não há.
- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras: não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 13.8.

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Os contratos de compra para entrega futura de algodão oscilam de acordo com o índice Esalq e o mercado futuro da Bolsa de Nova York (ICE) e constituem o principal item na formação dos custos. Consequentemente, afetam o resultado da Companhia. O índice Esalq é calculado com base nos negócios realizados no Brasil e é cotado em reais por libra-peso e as cotações na ICE são em centavos de dólar americano por libra-peso. Os contratos de fornecimento de energia são fixos, em moeda nacional, reajustados anualmente com base no IGP-M. Os contratos de aquisição de máquinas e equipamentos são cotados em moeda estrangeira (usualmente Euro, podendo também ser Dólar Americano ou Franco Suíço).

b. Natureza e o propósito da operação:

O objetivo dos contratos citados no item 10.8 é garantir o fornecimento de insumos e equipamentos fundamentais para o processo produtivo da Companhia.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Os valores assumidos podem ser assim resumidos:

	R\$	
<u>Natureza</u>	milhões	<u>Prazo</u>
Fornecimento de algodão (Esalq)	33,1	2020
Fornecimento de algodão (ICE)	122,5	até 2021
Aquisição de energia	350,4	até 2024

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

 Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O ano de 2014 marcou o fechamento de um ciclo de investimentos realizados em processos e equipamentos, completando nossa modernização com a chegada de novas máquinas em nossas unidades fabris. Na fábrica Victor Mascarenhas, por exemplo, foi instalado conjunto de filatórios anel e na unidade Geraldo Magalhães Mascarenhas foram instaladas novas máquinas de acabamento tanto para a linha Colours quanto para a Profissional. O valor total planejado para 2020 é da ordem de R\$ 10,7 milhões.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para fazer frente aos investimentos, a previsão é que sejam utilizados recursos provenientes:

- Do próprio caixa:
- Do BNDES, através de agentes ou não, no caso de máquinas nacionais;
- ▶ Dos fabricantes de maquinário, no caso dos equipamentos estrangeiros.
- iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos Está em curso programa de desinvestimentos com o objetivo primordial de adequação da estrutura de capital da Companhia através de redução da participação do capital de terceiros (empréstimos e financiamentos). A depender das condições de mercado e das negociações, a Administração estima levantar entre R\$ 20 milhões a R\$ 40 milhões.
- Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços

Desenvolvemos e aperfeiçoamos constantemente a qualidade da nossa atual linha de produtos.

PÁGINA: 32 de 33

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.

PÁGINA: 33 de 33